

Jutahy pede pela moral pública

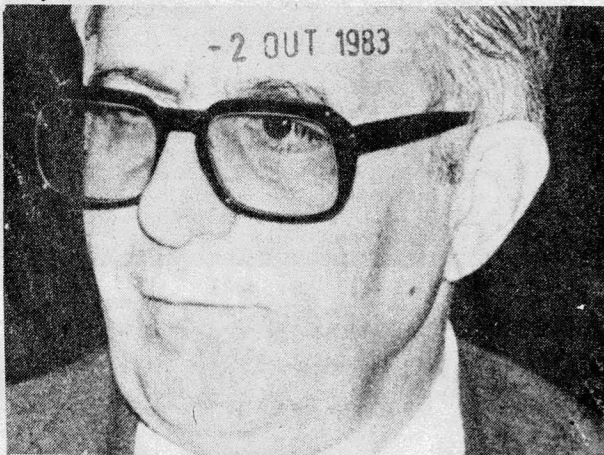
“Os fatos que a cada dia surgem na imprensa têm que ser apurados. Aos acusadores cabe o ônus da prova, mas a eles devem ser dadas condições para tentar provar o que afirmam. Apurados os fatos, punam-se os culpados: os acusados ou o acusador leviano, pois inadmissível é a inconsequência de graves denúncias através das quais se vem tentando solapar a autoridade dos nossos governantes”.

A declaração foi feita pelo senador Jutahy Magalhães (PDS-BA), salientando que o Governo não pode e nem deve ficar impassível ante um de denúncias que “comprometem autoridades”, como por exemplo o caso das empresas financeiras que “lesaram o público, cujos responsáveis não tiveram até hoje contra eles a sanção legal que não faltaria em nosso ordenamento jurídico, caso tivesse sido acionado”. E acrescentou: “A moral pública tem que se identificar com a própria moral da Nação”.

PROFISSIONAIS DA MENTIRA

Ao sustentar que “se tem preferido a inércia, à espera de que a opinião pública esqueça estes fatos”, frisou o representante baiano que se a falta de ação na comprovação das denúncias também deixa impunes os que acusam sem fundamentos. “A não-punição destes profissionais da mentira e do escândalo é tão grave quanto a propalada impunidade das autori-

ARQUIVO/CB



Jutahy: ônus da prova cabe a quem acusa

dades realmente responsáveis por desvios”.

Porque a quebra da credibilidade deteriora a autoridade e esta não pode ser alcançada pelas dúvidas. Isso é, os veículos de comunicação só exercerão com consciência a sua atividade se souberem estar atuando numa sociedade onde as autoridades levam a sério as imputações que lhe são feitas, exigem o seu esclarecimento e cobram do informante o dever de dizer a verdade - enfatizou.

POMBAL DA O EXEMPLO

Citou então o exemplo do Marquês de Pombal que, em carta dirigida ao sobrinho, à época o governador do Maranhão, exortou-o a dedicar um ouvido para ouvir o ausente e outro para ouvir o acusador. “Quando assim suceda que a Vossa Excelência enganem, man-

da castigar o informante, e o queixoso, ainda que tenha mediado tempo, isso tanto para a satisfação o mesmo”, completou Jutahy Magalhães, ainda em citação ao Marquês de Pombal.

Dando razão ao Marquês de Pombal, acrescentou que punir também é indispensável pois, “caso contrário, a levianidade persistirá em grande escala e em dupla modalidade: a do homem público corrupto na gestão dos negócios do Estado ou a do profissional da injúria”. Jutahy Magalhães exortou, então, todos os parlamentares no sentido de dinamizarem “essa nossa prerrogativa de fiscais da administração pública, tanto quanto a nossa tarefa de legisladores”, em contraposição a uma atitude de inércia ou inconformismo.